

ATA DA 7ª. ASSEMBLEIA ORDINÁRIA BIÊNIO 2015/2017  
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2016.

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas e trinta minutos realizou-se a 7ª Assembleia Ordinária do Biênio 2015/2017 do CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL – COMVIDA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte ordem do dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária – biênio 2015/2017; 2 – Fiscalização – esclarecimentos sobre o funcionamento – SEMAM; 3 – Comunicados da Secretaria; 4 – Assuntos Gerais. A presidente deu início à assembleia cumprimentando todos os presentes: Cesar Alves Malaco (SEMAM), Roberto Oliveira (SEFIN), Nair Sissi Fonseca (SEDUC), Mariana Munayer (SETUR), Gislaine Correa Soriano (SEDURB), Marília Asevedo Moreira (DVA) Denise Rosas Augusto(DVA), Yolanda Vianna (Mapan), Maria Aparecida Ribeiro de Souza (DVA), Renata S. Maria (DVA), Carlos Leonardo C. Salles (DVA), - Suplentes - Luiz Carlos Cabral (DVA-suplente), Sra. Rita Caraméz (DVA), Carolina C. M. Castro e os convidados: Liliane da Graça dos Santos (OPM), Artemis Sotirapanhos Kokan (Mapan), Dafne Pedro Jaune, Filippe Barreto Leite (Vox Vegan), Leandro (Onda Vegana); Luiz Ezildo, Éder Santana, Andréa Setubal, Márcio Paulo, Glaucia Reis (SEMAM). Justificaram: Secid, Yolanda Maria Vianna (MAPAN); Agar Perez (Conselho de Medicina Veterinária). Sra. Denise arguiu sobre a ata, enviada previamente por e-mail, e os conselheiros responderam que a aprovavam. Iniciando o assunto da pauta, convidou a Chefe da Sefiva, Andréa Setúbal e Sra. Liliane, representante da Ouvidora, a informarem sobre o funcionamento da fiscalização. Sra. Andréa explicou que o prazo é de 8 dias para realizarem a vistoria e muitas vezes o morador não está, precisando retornar. Sr. Roberto perguntou como é contado o prazo e ela respondeu que a partir do momento que chega na unidade, mas como o sistema é integrado, chega logo após ser enviado. Sra. Liliane explicou que a triagem é efetuada no atendimento, sendo que efetuam para todos os assuntos da prefeitura. Pode ser feito por e-mail, site e

pessoalmente, pois precisam do registro de que o denunciante autoriza a divulgação. Sra. Maria Aparecida perguntou no caso da pessoa trabalhar e não ter acesso à internet e Sra. Liliane respondeu que pode ser por fax. A maioria das ocorrências, cerca de 12 mil, são por telefone. Se o município não autoriza, é informado à Secretaria, se for urgente, também. Sra. Andréa explicou que a triagem é da Sefiva e quando, por exemplo, o texto comenta sobre algo que na verdade incomoda o denunciante, não é urgente, urgente seria falta de água, alimento, ou o que caracterize maus tratos. Há 2 fiscais fixos e um carro agendado 2 vezes por semana. Sr. Leandro perguntou se os fiscais ganham adicional quando usam o próprio carro. Concluiu que preferem utilizar o da prefeitura porque recebem adicional. Perguntou a média semanal de atendimentos e Sra. Andréa disse que têm caído, felizmente as denúncias têm diminuído, por consequência de diminuírem maus tratos e/ou denúncias equivocadas. A Seção de Fiscalização - Sefiscam, que fiscaliza poluição, ar, água, ruído e vida animal, possui 8 fiscais. Foram 336 denúncias, sendo 148 para a Sefiva. Há mensagens truncadas, que chegam por grupos de facebook, sem endereço, por exemplo. Sra. Andréa disse que, com o contato do denunciante, podem ligar e pedir mais detalhes e Sr. Éder informou que a ouvidoria não tem reclamação sobre burocracia. Sra. Maria Aparecida disse que aguarda resposta desde o dia 18, que o caso não pode esperar ser colocado na fila novamente. Sra. Andréa disse que não podem arrombar a porta. Sr. Leandro perguntou sobre o Art. 5º da constituição e sugeriu convidar o Ministério Público à assembleia do Conselho. Respondeu que seria mais confortável chamar um chaveiro, mas como funcionário público, há parâmetros a serem seguidos, constituídos por grupo do governo. Sr. Luiz Cabral levou que há um projeto de lei defendendo que o animal não é coisa, e quando aprovado, passará a ter mais direitos. Sra. Rita perguntou se podem ter acesso às decisões de reuniões com o Ministério Público, polícia e demais integrantes do grupo. Sra. Marília esclareceu que precisam de um protocolo de ações, o que foi sugerido pelo vereador Benedito Furtado. Sra. Andréa elucidou que o Ministério Público está coordenando o grupo citado. Sra. Rita disse que todo cidadão é obrigado a abrir a casa e Sra. Denise lembrou que é inconstitucional, Sr.

Éder explicou que nem a polícia tem esse direito. Sra. Maria Aparecida disse que poderiam voltar no dia seguinte e Sra. Andréa explicou que há situações em que voltaram 3 vezes no mesmo dia, quando realmente urgente. Esclareceu que sentem-se muitas vezes impotentes, gostam muito de animais e certas situações não conseguem resolver como gostariam. Sr. Leandro disse que gostaria de receber o mesmo relatório com maiores detalhes que enviam ao Ministério Público. Sra. Ártemis comentou que foi agredida verbalmente porque o denunciado sabia que ela era a denunciante. Sr. Cesar contou também que muitas vezes a pessoa conserta a situação na hora e depois relaxa novamente e recomendou que não aguardem a reunião do Conselho para denunciar novamente, inclusive não é o local. Sr. Leandro disse tratar-se de prevaricação, em flagrante delito poderia entrar no domicílio, mas no campo da realidade o servidor público não quer proceder assim, que o município não possui políticas públicas, nem investimento na educação sobre o assunto, para a gerência da Semam não é prioridade a defesa dos animais. Se estendeu nos comentários e o Secretário Adjunto da Semam, Sr. Ezildo, solicitou que voltassem ao assunto da pauta, sem necessidade de discurso. Sra. Maria Aparecida disse que ele estava esclarecendo que é possível entrar em domicílios, há dois caminhos, com o servidor fiscal ou petição de mandato do juiz, que é preciso mudar a cultura desse procedimento. Sra. Andréa relatou que batalham em luta constante, não concorda com essas colocações, ao que Sr. Éder apoiou e completou, maus tratos é considerado crime de contravenção, mas há centenas de interpretações e é preciso respeitar as opiniões, mesmo que não concorde. Se acham que estão todos errados, o Terceiro Setor deve viabilizar para que a legislação mude. O poder público depende da legislação. Explicou que a Semam possui várias atividades educacionais e Sr. Leandro solicitou 3 exemplos. Citou dois, palestras nas escolas, desenvolvimento de cartilha com a Seduc e, antes de dizer a terceira, foi interrompido por Sr. Leandro, que perguntou se foram feitas apenas no último ano de governo. Sr. Éder respondeu que não importa qual o governo, o que importa são as ações efetivas pelo bem-estar animal. Sr. Roberto/Sefin sugeriu entrar em contato com Curitiba para se informarem sobre a base legal para adentrar os domicílios

particulares. Sr. Filipe relatou que receberam denúncia sobre testes em animais em universidade e Sr. Éder informou que, apesar da Semam transmitir todos os elementos sobre o assunto para a procuradoria responder, a legislação municipal foi suspensa e o alvará da Unifesp concedido. Sr. Luiz apoia que não podem apenas esperar que o governo faça, o cidadão precisa atuar mais. Sra. Marília elogiou a atuação de Andréa e Cesar e outros conselheiros a apoiaram. Em Assuntos Gerais, Sra. Carolina Murta explicou que participa do Comvida há 6 anos como conselheira da Unimes e pediu apoio ao Conselho para defenderem os veterinários que passaram no concurso, em cadastro de reserva, pois sabe que o número de profissionais não é suficiente e que há contratados sem concurso. Sra. Marília disse que o edital precisa esclarecer que sejam veterinários com experiência em cirurgia. Sr. Éder esclareceu que devem chamar quando abrir vagas. Sra. Dáfne perguntou sobre o problema dos pássaros que colidem na proteção da concha acústica e Sr. Éder respondeu que está a cargo da Setur e da Prodesan. A presidente enviará ofícios. Também arguiu sobre o por quê de baleias que têm aparecido na orla da Baixada Santista e a presidente enviará ofício ao Ibama. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, que, lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pela presidente Denise Rosas Augusto.

Denise Rosas Augusto  
Presidente

Sandra Cunha dos Santos  
Secretária